

Como a pandemia da Covid-19 vem afetando o cotidiano das comunidades universitárias do nordeste brasileiro?

How is the COVID-19 pandemic affecting the everyday life of university communities in northeast Brazil?

¿Cómo la pandemia del COVID-19 está afectando el cotidiano de las comunidades universitarias del Nordeste Brasileño?

Anne Gabriele Lima Sousa de Carvalho
Alessa Cristina Pereira de Souza

Artigo de investigação

Dossiê: Reflexões e perspectivas sobre a pandemia de Covid-19.

Editores: Gilton Mendes dos Santos, Luisa Belaunde, Edgar Bolívar-Urueta

Data de envio: 2020-06-21 **Devolvido para revisões:** 2020-10-24 **Data de aceitação:** 2020-12-15

Como citar este artigo: Lima Sousa de Carvalho, A. G., e Pereira de Souza, A. C. (2021). Como a pandemia da Covid-19 vem afetando o cotidiano das comunidades universitárias do nordeste brasileiro?. *Mundo Amazônico*, 12(1), 43-64. <https://doi.org/10.15446/ma.v12n1.88489>

Resumo

A pandemia do novo coronavírus vem provocando efeitos devastadores que são sentidos diferentemente entre a população, pois as desigualdades regionais, socioeconômicas, raciais e de gênero tendem a ser intensificadas em momentos de crise. No Brasil, as regiões mais precárias e seus grupos sociais vulneráveis sentem de forma mais intensa os impactos provocados pelas mudanças necessárias à prevenção e ao enfrentamento dos riscos produzidos pela pandemia. Este artigo busca refletir sobre os principais impactos do contexto pandêmico no cotidiano dos/as integrantes das comunidades universitárias da região Nordeste do Brasil. A análise se baseou em uma pesquisa quali-quantitativa, cujos dados foram gerados por meio de um formulário digital respondido por integrantes dos nove estados que compõem a região. Os resultados alcançados indicam que as necessidades de adaptabilidade pelas situações adversas apresentadas pela pandemia encontram condições desiguais de adesão entre os/as diferentes integrantes das comunidades universitárias, refletindo-se sobre o desenvolvimento de tensões e anseios em um cenário de incertezas com relação às possibilidades de sobrevivência, bem como sobre os desafios que essas adversidades representam para as Instituições de Ensino Superior.

Palavras-chave: Distanciamento social; impactos socioculturais; Instituições de Ensino Superior; gênero; raça/cor.

Anne Gabriele Lima Sousa de Carvalho Professora da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). anne.carvalho@ufob.edu.br

Alessa Cristina Pereira de Souza Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). alessa@ccae.ufpb.br

Abstract

The new coronavirus pandemic has been causing devastating effects that are felt differently among the population, as regional, socioeconomic, racial and gender inequalities tend to be intensified in times of crisis. In Brazil, the most precarious regions and their vulnerable social groups feel the impacts caused by the necessary changes to prevent and face the risks produced by the pandemic more intensely. This article seeks to reflect on the main impacts of the pandemic context on the daily lives of members of university communities in the Northeast region of Brazil. The analysis was based on a qualitative and quantitative research, whose data were generated through a digital form answered by members of the nine states that make up the region. The results achieved indicate that the adaptability needs due to the adverse situations presented by the pandemic encounter unequal conditions of adhesion between the different members of the university communities, reflecting on the development of tensions and anxieties in a scenario of uncertainties regarding the possibilities of survival, as well as the challenges that these adversities pose for higher education institutions.

Keywords: social distancing; sociocultural impacts; higher education institutions; gender; race/color.

Resumen

La nueva pandemia del coronavirus ha estado causando efectos devastadores que se sienten de manera diferente entre la población, ya que las desigualdades regionales, socioeconómicas, raciales y de género tienden a intensificarse en tiempos de crisis. En Brasil, las regiones más precarias y sus grupos sociales vulnerables sienten con mayor intensidad los impactos provocados por los cambios necesarios para prevenir y enfrentar los riesgos producidos por la pandemia. Este artículo busca reflexionar sobre los principales impactos del contexto pandémico en la vida cotidiana de los miembros de las comunidades universitarias de la región Nordeste de Brasil. El análisis se basó en una investigación cualitativa y cuantitativa, cuyos datos fueron generados a través de un formulario digital contestado por miembros de los nueve estados que conforman la región. Los resultados alcanzados indican que las necesidades de adaptabilidad ante las situaciones adversas que presenta la pandemia encuentran condiciones desiguales de adhesión entre los distintos miembros de las comunidades universitarias, reflejándose en el desarrollo de tensiones y ansiedades en un escenario de incertidumbre sobre las posibilidades de supervivencia, así como en los desafíos que estas adversidades plantean para las Instituciones de Educación Superior.

Palabras clave: Distanciamiento social; impactos socioculturales; Instituciones de Educación Superior; género; raza/color.

Introdução

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde declarou que o mundo estava vivendo uma pandemia provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), causador da COVID-19, o protocolo de distanciamento social foi adotado no Brasil e as atividades presenciais das Instituições de Ensino Superior foram suspensas por tempo indeterminado, sendo reestruturadas para funcionarem de forma remota.

Em muitas instituições a reestruturação das atividades de ensino ganhou impulso com a portaria nº 544, emitida em 16 de junho de 2020 pelo Ministério da Educação (Brasil, 2020), que normatizou a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) até o dia 31 de dezembro do corrente ano. O Parecer CNE/CP nº 15/2020 do Conselho Nacional de Educação, de 06 de outubro de 2020, porém, prevê a continuidade do ensino remoto em Instituições de Ensino Básico e Superior, públicas e privadas, enquanto durar a pandemia.

Entre as comunidades universitárias, o cenário de mudanças a partir da adoção dos protocolos para controle da disseminação do vírus tem provocado insegurança, instabilidade, inúmeras incertezas e dificuldades que passam pelas condições de inserção no trabalho/ensino remoto, pela continuidade do recebimento de auxílios, bolsas, financiamentos, pela suspensão de contratos, entre outras questões; somadas a todo um conjunto de transformações que se apresentam nas vidas pessoais e nas relações sociais dos indivíduos.

Conforme ressalta Santos (2020) “qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros” (p. 15). Em momentos de crise, como este, as desigualdades regionais, socioeconômicas, raciais e de gênero são intensificadas, fazendo com que as regiões mais carentes e seus grupos sociais vulneráveis sintam mais fortemente os impactos provocados pelas mudanças necessárias à prevenção e ao enfrentamento das ameaças que o vírus representa.

Este artigo propõe discutir os impactos da pandemia da COVID-19 e dos seus protocolos de controle no cotidiano dos/as integrantes das comunidades universitárias do Nordeste, uma das regiões mais vulneráveis e mais afetadas pela pandemia no Brasil. A análise se volta para as mudanças geradas na vida econômica, nos hábitos pessoais, nas emoções, nas preocupações e nas relações sociais dos indivíduos que compõem essas comunidades durante os primeiros meses de pandemia. Para uma reflexão sobre a forma como a pandemia afeta distintamente os grupos sociais, utilizou-se como plano de fundo as variáveis de raça e de gênero, buscando interseccioná-las, considerando a desigualdade estrutural brasileira, que possui o Nordeste como um palco significativo para a reflexão sobre os impactos diferenciados que o cenário enseja.

Os dados apresentados ao longo deste artigo são resultantes de uma pesquisa quali-quantitativa, cuja coleta ocorreu entre os meses de maio e junho de 2020 por meio de um formulário eletrônico composto por questões semiestruturadas, disponibilizado na plataforma digital “Google Forms” e respondido por integrantes das comunidades universitárias dos nove estados do Nordeste brasileiro.

A divulgação do formulário se deu por intermédio das assessorias de comunicação das Instituições de Ensino Superior públicas e privadas da região, cadastradas junto ao Ministério da Educação, solicitadas a compartilharem o link entre suas comunidades. O link do formulário também foi compartilhado por meio das mídias digitais, nas páginas e grupos voltados à população pesquisada. Esses caminhos possibilitaram o alcance de 4.309 respostas, com participação voluntária, sem identificação dos/as participantes e de suas instituições de origem.

A composição da amostra buscou uma distribuição territorial balanceada, de modo a possibilitar a obtenção de um nível de confiabilidade estatística

de 95% em cada um dos nove estados da região, conferindo credibilidade à análise de cada estado e da região como um todo, considerando a margem de erro de 5%. Os dados tabulados foram transformados em gráficos por meio de planilha do Microsoft Excel versão 2010, analisados por meio de estatística descritiva e interpretados à luz das contribuições teóricas das Ciências Sociais sobre os processos envolvidos no contexto pandêmico e suas desigualdades.

Este artigo está organizado em três seções. A primeira seção contextualiza a pandemia da COVID-19 na região Nordeste do Brasil, onde os altos índices de pobreza, as características étnico-raciais da maioria da população e o escasso acesso ao saneamento básico e às redes de saúde ressaltam condições específicas de vulnerabilidade. A segunda seção apresenta algumas características referentes à população universitária dessa região, correlacionando-as com o perfil dos/as participantes da pesquisa e buscando situá-los/as no cenário pandêmico. A terceira seção discute os principais impactos que a pandemia vem provocando no cotidiano das comunidades universitárias do Nordeste e como esses impactos são sentidos diferentemente entre os grupos, utilizando as variáveis de raça e de gênero como filtros para a discussão dos dados.

A vulnerabilidade da região Nordeste em meio à pandemia da Covid-19

O Brasil tem cerca de 210 milhões de habitantes, 57 milhões estão distribuídos entre os nove estados que compõem a região Nordeste (IBGE, 2020).

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais – SIS, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), ao lado da região Norte, o Nordeste apresenta os mais baixos índices em termos de trabalho, renda, moradia e saneamento. Em razão da desigualdade histórica que caracteriza o Brasil, no Nordeste está localizado o maior número de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza, como aponta a SIS (IBGE, 2019, p. 58) quando afirma que “quase metade (47%) dos brasileiros abaixo da linha de pobreza em 2018 estava na Região Nordeste”, onde todos os estados “apresentam indicadores de pobreza acima da média nacional” (p. 60).

Nas regiões Norte e Nordeste estão os menores rendimentos do país e os maiores índices de informalidade no mercado de trabalho – 59% na região Norte e 56% na região Nordeste, enquanto a média nacional é de 41% (IBGE, 2019).

A vulnerabilidade da sua população também é expressa a partir das suas características étnico-raciais, em uma sociedade marcada historicamente pelo racismo estrutural, fazendo com que a desigualdade racial seja expressa nas mais variadas dimensões. No último Censo (IBGE, 2010), 50,7% dos/as habitantes do país se autodeclararam pretos/as ou pardos/as, sendo 43,1% pardos/as e

7,6% pretos/as; apenas 0,4% da população nacional se autodeclarou indígena. No Nordeste, os índices da população preta ou parda foram mais expressivos (68,9%), sendo 59,4% parda e 9,5% preta, enquanto a população indígena autodeclarada acompanha a média nacional de 0,4%. A população indígena do Nordeste, segundo os dados do Instituto Socioambiental - ISA, está dividida em 57 povos, ocupando terras indígenas nos nove estados da região¹.

Conforme aponta a SIS (IBGE, 2019) a região Nordeste, seguida da região Norte, apresenta as maiores vulnerabilidades. Nestas, grupos sociais específicos, como mulheres, pretos/as ou pardos/as, jovens e pessoas com menor nível de instrução apresentam indicadores de vulnerabilidade ainda mais desfavoráveis. Essas características fazem com que a reflexão sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na região se apresente como uma demanda urgente.

Desde que os primeiros casos dessa doença foram registrados no Brasil, a pandemia já representava uma grave ameaça para o Nordeste, em razão da baixa renda, das precárias condições de vida e moradia de grande parte da sua população e da seca que acomete uma grande extensão de área e dificulta o acesso à água². Além disso, cerca de 4,8 milhões de domicílios na região não possuem abastecimento de água, segundo a última edição da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE, 2017). Em um contexto em que a água é considerada recurso essencial para a prevenção ao vírus, a falta de acesso torna os indivíduos muito mais suscetíveis ao adoecimento.

Somado a isso, segundo levantamento da Fiocruz em parceria com o IBGE (2019), várias áreas dos estados do Norte e do Nordeste apresentam insuficiente estrutura médico-hospitalar, estando abaixo do esperado em quantidade de médicos/as e de infraestrutura de saúde. São consideradas, portanto, deficientes para integrarem as medidas de enfrentamento à COVID-19, criando a necessidade dos seus habitantes migrarem para outros municípios em busca de tratamento adequado caso contraíam a doença, gerando inchaço do sistema de saúde local.

Acredita-se que exista uma considerável subnotificação de casos da doença no Brasil, já que o Estado não possui recursos suficientes para realizar testes em massa na sua população. Apesar disso, considerando-se apenas os casos registrados, o país já se posiciona entre aqueles com maior número de casos e de óbitos provocados pela COVID-19 no mundo.

Neste cenário de expansão do vírus por todas as regiões do país, a região Nordeste ocupou, em vários momentos, lugar de destaque no tocante aos altos índices de contaminação e morte provocados pela COVID-19, alcançando o segundo lugar em número de casos absolutos e chegando no mês de junho, momento em que este artigo é desenvolvido, a constituir um terço do total das mortes no país, liderando o número de mortes diárias³.

No Brasil, a COVID-19 vem se alastrando cada vez mais entre os municípios menores, cuja estrutura hospitalar é deficiente ou mesmo inexistente. Os municípios com menos de 200 mil habitantes concentram a maior parte da população do Nordeste (IBGE, 2020), sendo que a grande maioria deles já confirmou casos da doença. Alguns estados desta região já vêm enfrentando esgotamento do sistema de saúde, em razão do baixo número de respiradores, de leitos de Unidades de Terapia Intensiva e da quantidade insuficiente de médicos/as para cada 100 mil habitantes (Fiocruz, 2020).

Somado a isso, pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco⁴ chama a atenção para o agravamento da vulnerabilidade na região em função do aumento progressivo do desemprego, da diminuição de renda e pela alta na inflação dos alimentos e bebidas, impulsionados pela pandemia.

O Auxílio Emergencial - programa instituído pelo Governo Federal⁵ com o intuito de beneficiar os/as trabalhadores/as informais, microempreendedores/as individuais, autônomos/as e desempregados/as durante a crise provocada pela pandemia - que substituiu, temporariamente, o Bolsa Família⁶ - programa federal de transferência de renda que tem como público-alvo indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica - teve uma maior cobertura nas regiões Sul e Sudeste, em detrimento do Norte e Nordeste, regiões habitadas pela população mais carente economicamente no país⁷.

Desta forma, indivíduos pertencentes às camadas menos favorecidas economicamente, além da falta de acesso às condições de higiene necessárias à prevenção da COVID-19, lutam para sobreviver em um contexto que torna ainda mais difícil o provimento de suas necessidades alimentícias, fragilizando suas condições de saúde e produzindo mais suscetibilidade à doença, onde a assistência médica é deficitária.

Frente ao exposto, é perceptível que apesar dos efeitos da pandemia serem sentidos em todas as regiões e grupos sociais, eles ameaçam mais certas regiões e alguns grupos, tornando explícita a desigualdade sociogeográfica do país.

As comunidades universitárias: contexto pandêmico e caracterização da população

Com a pandemia, cerca de 165 países, incluindo o Brasil, tiveram suas atividades de ensino presencial suspensas nos diferentes níveis educacionais, devido à potencialidade de contágio que as salas de aula representam. Em razão disso, profissionais, estudantes e, muitas vezes, famílias inteiras, dispendo de estruturas diversas e desiguais, imprevisivelmente, tiveram que adaptar suas rotinas de modo a acolherem novas demandas.

Como alternativa para a continuidade das atividades, vêm sendo implementadas formas digitais de trabalho e estudo, escancarando as desigualdades estruturais existentes também entre os sistemas de ensino, reforçando as disparidades regionais, bem como a distância socioeconômica entre os grupos, em termos de disposição/indisposição de recursos diversos para aderirem a essas medidas.

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos/as Graduandos/as das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) – 2018 (ANDIFES, 2019) mostra que nos últimos anos o perfil dos/as estudantes de graduação vem refletindo o perfil sociodemográfico brasileiro, revelando uma modificação no perfil de acesso ao ensino superior referente às décadas anteriores. Isso ocorre por meio da ampliação do acesso ao ensino superior possibilitada, entre outros fatores, pela expansão e interiorização das IFES, pelo aumento do número de cursos e de vagas, por ações afirmativas como a política de cotas⁸ que institui a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas com baixa renda, além de pretos/as, pardos/as, indígenas e pessoas com deficiência, e pela maior mobilidade proporcionada pela adoção do sistema ENEM/SISU⁹.

Os dados do perfil nacional apresentados pela ANDIFES (2019) revelam que o percentual de estudantes com renda familiar mensal (per capita) de até um salário mínimo e meio, que em 1996 era de 44,3%, em 2018 ultrapassou 70%. A pesquisa também mostra que desde 1996 as mulheres são maioria nas IFES, representando 51,4% da população em 1996 e 54,6% em 2018. Em relação à cor/raça, o número de estudantes pardos/as aumentou significativamente entre 2003 (ano em que esse dado foi inserido na pesquisa) e 2018, passando de 28,3% para 39,2%, o número de pretos/as mais do que dobrou, passando de 5,9% para 12%, enquanto o quantitativo de estudantes brancos/as diminuiu, passando de 59,4% em 2003 para 43,3% em 2018. Quanto aos/as estudantes indígenas, a pesquisa também revela um expressivo crescimento: em 1996 eles/elas representavam apenas 0,2% da população, enquanto em 2018 passaram a representar 0,9% dos/as estudantes.

No que se refere às instituições nordestinas, a maioria absoluta dos/as estudantes (78,3%) possui renda familiar (per capita) de até um salário mínimo e meio mensais; as mulheres representam 52,8% da população; 50,3% dos/as estudantes são pardos/as, 15,5% pretos/as, 28,4% brancos/as e 0,9% indígenas, ou seja, evidencia-se uma maior porcentagem de pardos/as e pretos/as e menor porcentagem de brancos/as do que a média nacional. Com relação aos/as estudantes indígenas, os índices do Nordeste se assemelham aos nacionais. Essas especificidades coadunam com o perfil de habitantes da região, onde o quantitativo da população parda e preta é superior à média nacional.

Cabe ressaltar que o processo subjetivo de autodeclaração racial utilizada nas pesquisas é elaborado em meio a um contexto de racismo estrutural

historicamente constituído, que atribui valor diferencial aos seres humanos e que faz com que, muitas vezes, haja uma negação da negritude entre os indivíduos, por meio da autoidentificação como “pardo/a”, considerada uma categoria mais aberta e menos discriminatória. Embora a autodeclaração seja considerada a forma de identificação mais adequada, segundo Muniz (2012), em função da dimensão simbólica desigual associada às raças, ela muitas vezes expressa uma subnotificação da população preta, que é estimada como superior às estatísticas obtidas a partir da autodeclaração. Apesar do número de pessoas que se autoidentificam como pretas ter aumentado nos últimos tempos, a autodeclaração parda ainda é muito superior.

Devido a essas ambiguidades, os levantamentos oficiais e as políticas públicas de ação afirmativa passaram, nos últimos anos, a agrupar pretos e pardos em uma só categoria, reconhecendo ambos como populações afrodescendentes inseridas em indicadores socioeconômicos semelhantes (Muniz, 2012). Nessa direção, neste artigo, pessoas pardas ou pretas serão reconhecidas como pertencentes a uma mesma categoria, de modo que os dados referentes a cada uma dessas classificações serão interpretados em conjunto.

Com base nessas características, percebe-se que as IFES em geral, e as nordestinas em específico, têm sua população cada vez mais representada por mulheres, pessoas pardas ou pretas e de baixa renda, ou seja, indivíduos inseridos em diferentes condições de vulnerabilidade social (ANDIFES, 2019).

Entre os/as 4.309 participantes desta pesquisa, pertencentes às Instituições de Ensino Superior das esferas federal, estadual e privada de todos os estados da região Nordeste, a maioria é composta por estudantes de graduação (65%), seguidos/as de docentes (21%) e, em menor proporção, técnicos/as (6%) e estudantes de pós-graduação (6%). Houve participação insuficiente de funcionários/as terceirizados/as (0,4%). Cerca de 56% dos participantes possui renda familiar de até três salários mínimos, 16% renda maior do que 3 até 5 salários mínimos, outros 16% renda maior do que 5 até 10 salários mínimos e 12% possui renda superior a 10 salários mínimos. Percebe-se uma predominância de respostas entre mulheres cisgênero (60%), seguida de homens cisgênero (37%). A baixa participação de pessoas transgênero (0,7%) e de gênero não binário (1,6%) faz com que esses não encontrem representatividade na análise. Houve maior participação de pessoas que se autodeclararam pardas ou pretas - 60%, sendo que 45% se classificaram como pardas e 15% se classificaram como pretas. A participação de pessoas brancas foi de 38% da amostra. Houve pouca participação de indígenas (1,4%) e de orientais (0,1%), de modo que a amostra referente a esses grupos não alcança o nível de confiabilidade estatística adequada para integrar a análise, levando-nos a respaldar a interpretação dos dados nas respostas de indivíduos pardos/pretos e brancos.

A partir das características apresentadas é possível tecer um retrato preponderante entre os/as participantes da pesquisa: oriundos/as dos diferentes estados do Nordeste, em sua maioria estudantes de graduação, com renda bruta familiar de até três salários mínimos, com prevalência de mulheres, pardas ou pretas. Esses dados aproximam o perfil dos/as participantes da pesquisa do perfil dos/as estudantes de graduação do Nordeste e da população da região em geral, com suas especificidades e vulnerabilidades, corroborando com os dados apresentados anteriormente.

Impactos sobre o cotidiano das comunidades universitárias do Nordeste brasileiro

Os impactos provocados pela adoção do protocolo de distanciamento social têm atravessado inúmeras discussões. No meio educacional, enquanto desenvolvemos este artigo, essa discussão tem girado, principalmente, em torno da preservação do direito à educação. As análises desenvolvidas acerca dos mais variados impactos sobre a vida cotidiana dos indivíduos pertencentes às comunidades universitárias ainda têm se revelado insuficientes para propor caminhos que permitam o acolhimento e a minimização desses danos.

Entende-se que a avaliação dos impactos que acometem as comunidades universitárias, bem como do modo como eles têm afetado diferentemente os indivíduos que as integram, é fundamental para a compreensão de como as instituições podem se recompor e desenvolver políticas de continuidade sustentáveis e contextualizadas com a realidade de sua população.

Para uma melhor compreensão desses impactos, as variáveis de raça e de gênero foram utilizadas para analisar os modos como os diferentes grupos têm sido atingidos distintamente em meio ao cenário produzido pela pandemia. A escolha dessas variáveis é subsidiada pelas características regionais. Ao mesmo tempo em que há predominância da população feminina, parda e preta, devido à desigualdade estrutural que caracteriza a inserção de pardos/as e pretos/as ou brancos/as¹⁰, e de mulheres ou de homens¹¹, os impactos produzidos pela situação pandêmica tendem a reproduzir os desequilíbrios sociais, representando desafios peculiares para as instituições, de modo a evitarem retrocessos referentes à exclusão dos grupos vulnerabilizados.

Buscando uma melhor compreensão dos dados, os impactos serão observados a partir das suas prevalências entre a população participante em geral, buscando, posteriormente, identificar as variações dessas prevalências em termos de raça e de gênero, refletindo sobre suas especificidades.

Ao analisarmos os impactos sobre a vida econômica dos/as participantes da pesquisa, percebe-se que parte significativa afirma não ter sofrido perdas diretas desde o início da pandemia. No entanto, destacam-se entre os impactos

econômicos mais citados o aumento das despesas e a perda de emprego e renda no núcleo familiar, o que também os atinge. Muitos também apontam o recebimento de Auxílio Emergencial do Governo Federal (Fig.1).

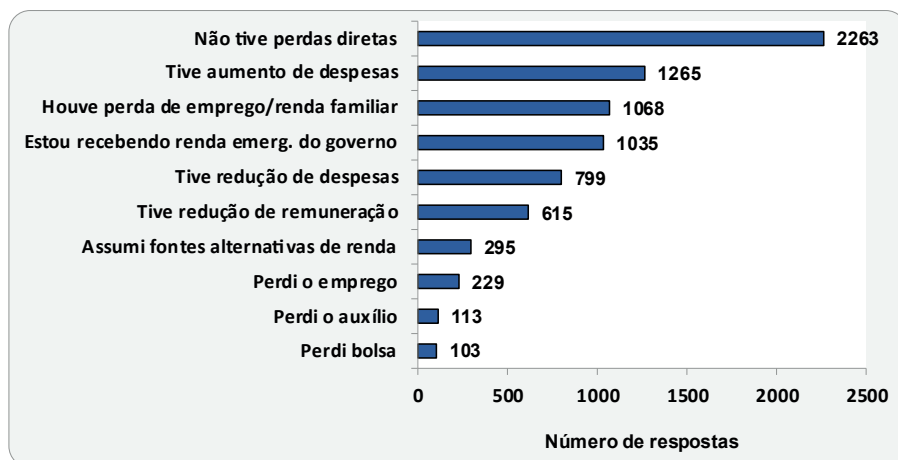


Figura 1: Impactos do distanciamento social sobre a vida econômica

Fonte: As autoras (2020)

Esses dados revelam que o distanciamento social vem provocando perdas no poder econômico entre os/as participantes da pesquisa, coadunando com o que vem acontecendo com os/as brasileiros/as de modo geral, como atesta pesquisa realizada pelo Conselho Nacional da Indústria¹² quando destaca que 40% dos/as brasileiros/as sofreram perda da renda desde o início da pandemia.

O olhar sobre esses impactos utilizando a variável racial como filtro demonstra que, enquanto para a população branca prevalecem as respostas “não tive perdas diretas” e “tive redução de despesas”, entre pardos/as e pretos/as são destacadas as respostas “houve perda de emprego ou renda no núcleo familiar” e “estou recebendo renda emergencial do governo”, indicando que os impactos econômicos são sentidos mais profundamente entre pardos/as e pretos/as do que entre brancos/as.

A edição extraordinária da pesquisa do IBGE do mês de junho de 2020, PNAD COVID-19¹³, mostrou que os/as pretos/as, pardos/as, pobres e sem estudo vêm sentindo de forma mais acentuada os impactos econômicos causados pela pandemia. Os dados apresentados mostram que 39% dos/as trabalhadores/as pretos/as e pardos/as estão na informalidade, tendo perdido renda durante a pandemia. Entre os/as brancos/as esse índice cai para 29%. A pesquisa também aponta que a taxa de desemprego geral no primeiro trimestre da pandemia foi de 13,3%, sendo mais expressiva entre pretos/as (17,8%) e pardos/as (15,4%) do que entre brancos/as (10,4%).

Quando o filtro de gênero é inserido para compreender melhor esses impactos, observa-se que, enquanto entre os homens destacam-se as respostas “tive redução de despesas” e “estou recebendo renda emergencial do governo”, entre mulheres as respostas mais sobressaltadas foram “tive perda de emprego ou renda no núcleo familiar” e “tive aumento de despesas”, demonstrando que as mulheres estão sendo mais impactadas economicamente do que os homens no atual contexto.

Ainda de acordo com os dados da PNAD COVID-19 (IBGE, 2020), durante a pandemia, enquanto 10,2% dos homens ficaram desempregados, 14,5% das mulheres ficaram sem ocupação, revelando a maior vulnerabilidade econômica feminina em uma situação de crise. Isso também é destacado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OECD (2020), quando destaca que todo contexto de crise que acarreta perda de emprego ou renda afeta mais as mulheres, que já ganham menos que os homens, estão mais inseridas no mercado de trabalho informal e possuem menos acesso a benefícios previdenciários.

Percebe-se, a partir dos dados apresentados, que tanto mulheres como pessoas pretas e pardas, têm sofrido mais fortemente os impactos econômicos do momento pandêmico. Considerando que estamos tratando de pessoas já inseridas em diferentes dimensões de desigualdade que se refletem em precariedade econômica, esses impactos lhes colocam em uma situação de vulnerabilidade ainda mais intensa, o que tende, consequentemente, a dificultar o desempenho de suas atividades acadêmicas/profissionais.

Em relação ao conjunto de mudanças provocadas na vida cotidiana dos/as participantes da pesquisa, destaca-se o maior consumo das mídias tradicionais e digitais, tanto para atividades de estudo/trabalho, como para atividades de lazer e para atualização de notícias sobre o contexto atual. Também obtiveram destaque importante as alterações no sono e nos hábitos alimentares, assim como o aumento das demandas domésticas e familiares (Fig. 2)

O aumento no consumo das mídias aponta para uma significativa adesão ao distanciamento social, onde essas ferramentas se apresentam como as principais (e muitas vezes únicas) possibilidades de realização de atividades de estudo/trabalho, bem como de práticas de lazer. Porém, é importante considerar que o acesso às mídias tradicionais e digitais não se dá de forma igualitária para toda a população. É necessário um investimento financeiro para ter acesso aos equipamentos eletrônicos e à internet com boa velocidade, aquisições que contrastam com a situação de perdas econômicas que vem atingindo boa parte dos/as participantes, sobretudo a população parda e preta. As desigualdades, nessas circunstâncias, tornam-se explícitas.

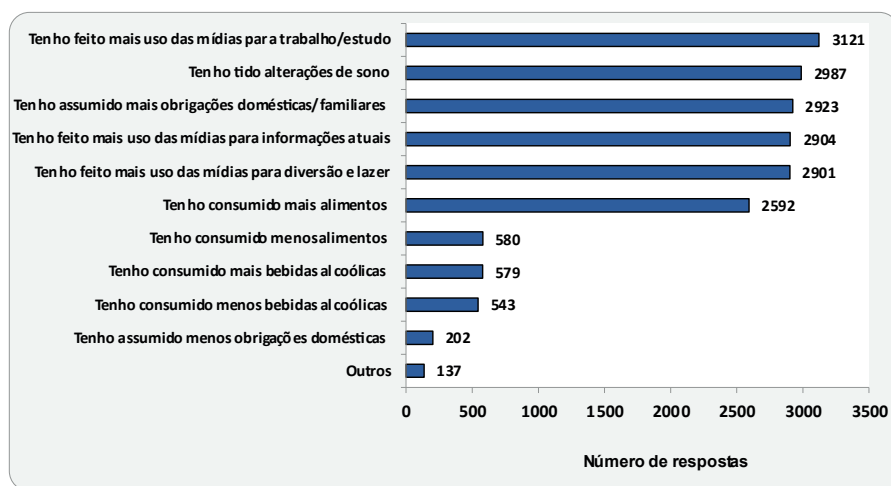


Figura 2: Impactos do distanciamento social sobre os hábitos pessoais

Fonte: As autoras, 2020

Percebe-se, ao mesmo tempo, que a adesão ao protocolo do distanciamento social faz com que o ambiente da casa se torne palco central da vida cotidiana, concentrando a maioria das atividades (Castells, 1999). A frustração gerada pela dificuldade de equilibrar demandas até pouco tempo administradas em outros formatos, somada à quantidade de notícias consumidas por meio do maior tempo dedicado às mídias, constituem fatores geradores de estresse, ocasionando alterações no sono e na alimentação.

Quando esses hábitos são observados por meio da variável racial, percebe-se uma distribuição desses impactos: o maior uso de mídias é sobressaltado entre a população branca, enquanto as obrigações domésticas/familiares são mais prevalentes entre a população parda e preta, o que evidencia a desigualdade que caracteriza esses grupos, revelando condições e dificuldades distintas associadas à adoção de novas rotinas.

Já quando o filtro de gênero é utilizado para a compreensão da distribuição entre essas respostas, nota-se que, enquanto o maior uso de mídias foi mais destacado entre os homens, as alterações no sono e o aumento das obrigações domésticas/familiares são mais destacados entre as mulheres. Conforme ressalta Biroli (2015), a desigualdade de gênero é reforçada pela divisão do trabalho, onde há uma sobrecarga de tarefas domésticas para as mulheres. Durante o protocolo de distanciamento social, o desenvolvimento do trabalho/estudo remoto e o aumento das obrigações domésticas entram em choque, gerando prejuízos diversos para as mulheres pertencentes às comunidades universitárias.

Reconhece-se que o contexto no qual os indivíduos estão imersos condiciona vivências emocionais específicas. Segundo Koury (2009), as

emoções se configuram como produtos relacionais dos indivíduos com o meio social e a cultura da qual fazem parte.

Entre as principais sensações/emoções manifestadas durante esse período, a ansiedade foi a mais destacada, seguida de angústia, tédio, tristeza e medo, conforme revela a figura 3.

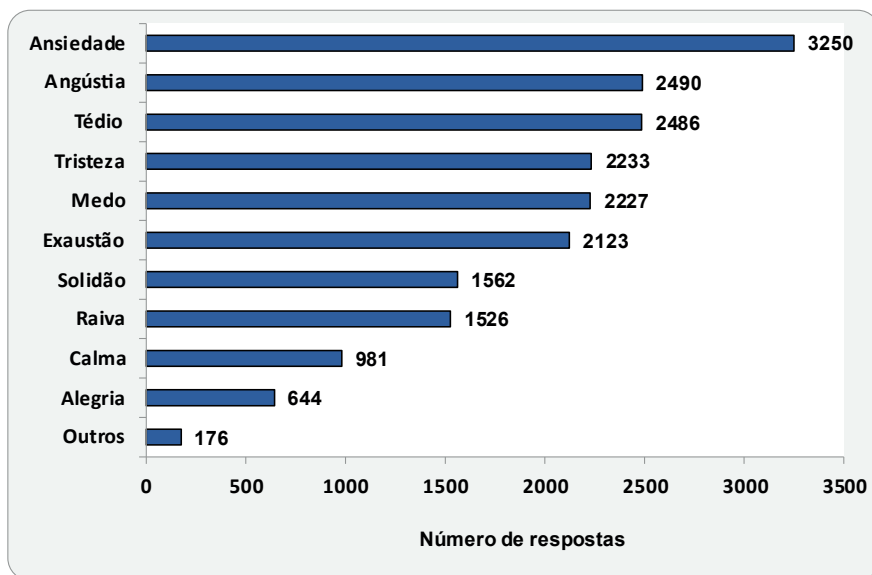


Figura 3: Sensações/emoções manifestadas com maior frequência durante a pandemia

Fonte: As autoras, 2020

As incertezas produzidas nesse momento de pandemia convergem para que os estados emocionais de ansiedade e angústia sejam despertados com muita frequência, dadas as ameaças em diferentes níveis que a COVID-19 e suas consequências representam. O distanciamento social e os impactos gerados por ele colocam os indivíduos em um contexto de insegurança com relação às circunstâncias cotidianas que os afetam direta ou indiretamente. A velocidade com a qual novos arranjos foram incorporados, os dados sobre o número de doentes e de óbitos, somados à precariedade das estruturas materiais e dos suportes sociais com as quais grande parte da população conta, produzem instabilidade em seus cotidianos e incitam emoções diversas, como as destacadas nas respostas. As emoções, nessa perspectiva, podem ser compreendidas a partir do entrelaçamento entre um conjunto de significações subjetivas ancorado em condições objetivas de vida (Koury, 2009).

A inserção da variável racial não possibilitou a identificação de alterações significativas entre essas emoções, embora, como observado ao longo do trabalho, a pandemia ameace mais diretamente pretos/as e pardos/as.

Já quando a variável gênero é utilizada, observa-se variações significativas entre essas emoções. Enquanto tédio e tristeza foram as emoções mais ressaltadas entre os homens, a ansiedade e a angústia foram mais destacadas pelas mulheres. Observa-se que as condições psíquico-emocionais relacionadas à pandemia tendem a ser mais intensificadas entre as mulheres, devido a todo o contexto sociocultural que as caracterizam e que fazem com que elas sintam mais profundamente as ameaças que o momento incita. Cabe destacar, conforme divulgado pelas Nações Unidas Brasil (2020), o aumento da violência doméstica e familiar contra a mulher em várias partes do mundo durante a pandemia, o que tende a tornar a experiência do confinamento ainda mais tensa para esse grupo.

Em meio às adversidades produzidas pela pandemia, acende-se o alerta para possíveis riscos de pessoas saudáveis serem acometidas por problemas mentais, bem como para a intensificação dos sintomas entre aquelas que já apresentem transtornos pré-existent, devido aos altos níveis de estresse, às mudanças e adaptações relacionados a esse momento de crise (Ornell, Schuch, Sordi e Kessler, 2020).

Considerando a possibilidade de agravamento dos transtornos emocionais entre cerca de um terço até metade da população brasileira, a Fiocruz (2020) lançou uma cartilha com recomendações gerais sobre atenção psicossocial na pandemia da COVID-19. Segundo a cartilha, “os fatores que influenciam o impacto psicossocial estão relacionados à magnitude da epidemia e ao grau de vulnerabilidade em que a pessoa se encontra no momento” (p. 01).

A cartilha reconhece que a pandemia impacta os indivíduos de maneiras distintas, pois as adaptações impostas não encontram a mesma viabilidade na vida de todos, dadas suas condições desiguais de inserção. Isso se reflete nas possibilidades também desiguais de seguir os protocolos sociais e as diretrizes institucionais criadas neste momento.

O desconhecido desfecho dessa situação, visto que ninguém sabe como e nem quando ela vai acabar, bem como as sequelas que a pandemia deixará, têm sido responsáveis pela produção de preocupações diversas.

Entre o conjunto de preocupações elencadas, as mais sobressaltadas foram: vitimar alguém da família, colapso do sistema de saúde, aumento da miséria e da fome, aumento da mortalidade pelo vírus e contrair o vírus, como demonstra a figura 4.

Segundo Koury (2010), o medo envolto na maioria das preocupações sociais se revela como um recurso importante para se pensar na preservação de uma ordem por meio da busca por mecanismos de proteção em meio às tensões cotidianamente apresentadas. Deste modo, o medo se revela como responsável pela produção de novas sociabilidades permeadas pelas adequações das rotinas e das relações em meio à necessidade de preservação da vida e do coletivo.

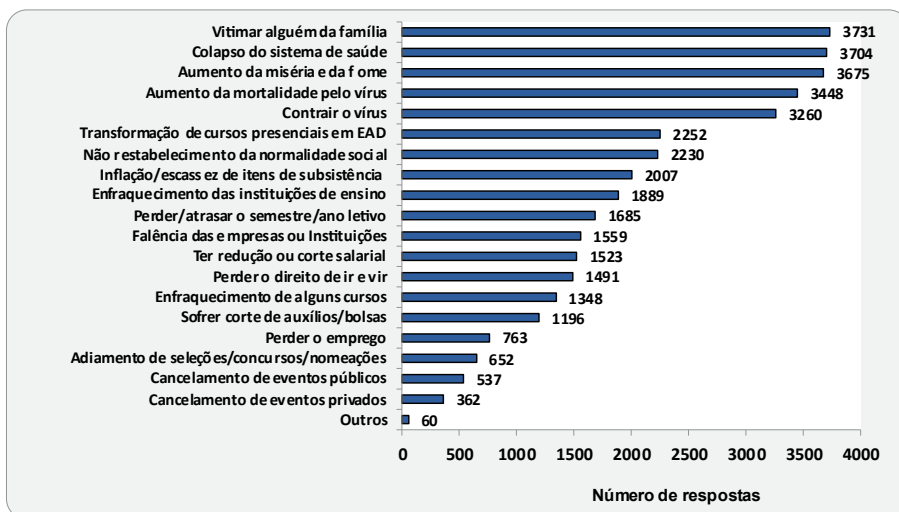


Figura 4: Maiores preocupações com relação à pandemia

Fonte: As autoras, 2020

Quando a variável racial é inserida para a identificação de variações entre essas prevalências, percebe-se que enquanto entre brancos/as se destacam preocupações mais gerais, como colapso no sistema de saúde e não restabelecimento da normalidade social, entre pardos/as ou pretos/as é prevalente o medo de vitimar alguém da família ou de contrair o vírus.

Essas diferenças refletem o lugar diferenciado ocupado por esses grupos na sociedade e desencadeiam em preocupações contextualizadas pela posição em que se encontram.

Todas essas preocupações encontram ensejo em um cenário caracterizado pela representação do perigo eminente em diferentes dimensões. Considerando a situação de vulnerabilidade socioeconômica vivenciada pela maior parte da população parda ou preta, o risco de contrair o vírus ou de ter alguém da família vitimado é uma realidade diária. Na luta pela sobrevivência, a impossibilidade de aderir integralmente ao distanciamento social é uma condição vivenciada por muitos, fazendo com que as possibilidades dessa sobrevivência sejam diariamente colocadas à prova e as tensões sejam frequentemente atualizadas.

Situações de crise, segundo Souza (2018), tendem a reforçar as desigualdades: enquanto as classes mais favorecidas economicamente podem arcar com uma infraestrutura que garanta um mínimo de segurança, a segurança das classes menos favorecidas demanda ações do poder público que muitas vezes não vêm, mantendo essa população exposta aos perigos que essas tragédias representam.

Nesta direção, Santos (2020) ressalta que as pandemias matam mais aqueles que já são vulneráveis. Essa conjuntura reproduz abismos historicamente construídos que separam quem é relevante e significativo daqueles que não importam, sobressaltando as injustiças sociais em diferentes dimensões.

Quando a variável gênero é utilizada para uma melhor compreensão dos dados, observa-se que as preocupações gerais mais prevalentes tiveram as seguintes variações: entre os homens foi destacado o medo de contrair o vírus, enquanto entre as mulheres recebeu destaque a preocupação com o aumento da mortalidade pelo vírus. Nota-se que entre as mulheres a principal preocupação está mais voltada para o coletivo, enquanto para os homens essa preocupação é de natureza mais individualista, evidenciando as diferenças na distribuição dos papéis de gênero, onde a preocupação feminina se apresenta permeada por uma “ética do cuidado”¹⁴ (Biroli, 2015), enquanto homens reproduzem posturas egocentradas.

Em meio a todo esse contexto de perdas, de transformação de rotinas e de sobressaltos de emoções e preocupações diversas, também se buscou identificar os principais impactos sobre as relações sociais entre a população pesquisada. Os aspectos mais evidenciados se referiram ao aumento da cooperação e dos conflitos familiares, a maior cooperação em ações de solidariedade social e o fortalecimento das relações de amizade, como mostra a figura 5.

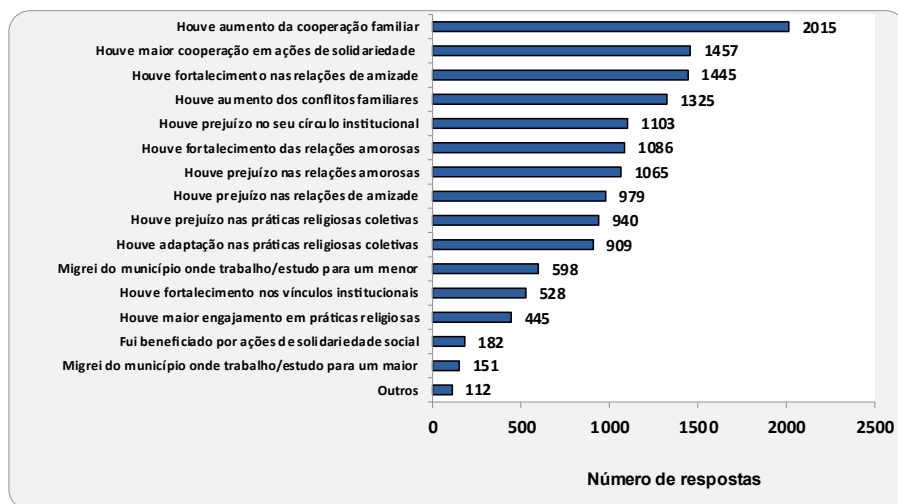


Figura 5: Transformações do distanciamento social nas relações sociais

Fonte: As autoras, 2020

Embora as possibilidades/impossibilidades de praticar o distanciamento social sejam diferenciadas, esse protocolo tem engendrado um maior convívio entre familiares, levando-lhes a realizarem boa parte de suas atividades no

mesmo espaço. Sendo a cooperação e o conflito processos sociais inerentes à construção das relações, torna-se compreensível que eles sejam sobressaltados nesse momento.

A análise desses elementos sob a ótica da variável racial aponta que, enquanto a maior cooperação em ações de solidariedade é mais prevalente, principalmente, entre indivíduos brancos, entre indivíduos pardos e pretos é destacado o fortalecimento das relações de amizade. Observa-se, a partir disso, que a intensificação das relações de apoio social é sobressaltada entre os diferentes grupos. Essas proeminências levam à reflexão sobre como os/as integrantes das comunidades universitárias estão reconfigurando e ressignificando suas relações e seus papéis sociais, em um momento em que são evidenciadas dificuldades de diversas ordens, acometendo os grupos diferentemente.

Ao mesmo tempo, nota-se também uma distribuição distinta entre esses dados, quando a variável gênero é utilizada. Enquanto homens apontam “aumento dos conflitos familiares” e “prejuízo no círculo institucional”, entre as mulheres assumem maior destaque a “maior cooperação em ações de solidariedade social” e “fortalecimento das relações de amizade”. Percebe-se, assim, que as mulheres, ao mesmo tempo em que são mais impactadas pelos protocolos de controle da pandemia, estão também mais inseridas em uma rede de cooperação, o que tende a diminuir, ainda que parcialmente, os prejuízos vivenciados neste contexto.

Zizek (2020) destaca que foi preciso que ocorresse uma catástrofe para que as diferenças fossem redimensionadas e a sociedade passasse a reconhecer a importância da solidariedade e da cooperação. Para o autor, a pandemia impõe a necessidade de uma mudança radical nas posturas, para a intensificação de práticas voltadas à coletividade.

Com base nos dados apresentados nas páginas precedentes, percebe-se, assim como reconhecido por Oliveira *et al* (2020), que a pandemia da COVID-19 não apenas expõe as desigualdades, como reatualiza certas demarcações coloniais. Observa-se que o momento serve de reforço às desigualdades históricas de raça e de gênero, reproduzindo-se, atualmente, em diversas dimensões que denunciam um desequilíbrio arraigado, responsável por demarcar posições e condicionar processos de exclusão, inviabilizando a continuidade de algumas vidas, ainda mais vulnerabilizadas pelo cenário.

Neste contexto, a participação das comunidades universitárias em redes de cooperação de naturezas diversas se revela extremamente importante para a promoção da resiliência necessária ao fortalecimento dos grupos mais impactados pela crise e busca sanar a insuficiência das políticas públicas para as populações mais vulneráveis, ao mesmo tempo que propõe, por meio de exemplos práticos, possibilidades de construção de políticas inclusivas, voltadas para a atenuação dos danos.

Considerações finais

Este artigo buscou identificar alguns dos principais impactos que o protocolo de distanciamento social, implementado em razão da pandemia da COVID-19, trouxe para a vida cotidiana das comunidades universitárias da região Nordeste do Brasil, por meio de um levantamento realizado com os/as integrantes dessas comunidades.

As reflexões apresentadas podem ser apreendidas como um termômetro que viabilize às instituições enxergarem melhor as condições estruturais sob as quais suas comunidades estão submersas no contexto pandêmico. A análise dessas estruturas se deu a partir de um conjunto de elementos, como os aspectos econômicos, a transformação das rotinas, as condições emocionais, as preocupações e os impactos sobre as relações sociais, todos discutidos a partir das variáveis raça e gênero, possibilitando perceber como esses elementos afetam diferentemente os grupos.

Em uma região historicamente precária em diferentes dimensões, onde a sua população está submetida a carências diversas, percebe-se que o distanciamento social vem tornar mais explícitas as vulnerabilidades que configuram a participação desses grupos nos protocolos mais gerais e nas diretrizes institucionais para se protegerem das ameaças que o novo coronavírus representa, fazendo com que as desigualdades raciais e de gênero sejam ainda mais evidenciadas e a população parda, preta e feminina sinta mais profundamente os impactos.

Em março de 2020, quando a pandemia foi decretada e os protocolos foram iniciados, os indivíduos e as instituições ainda não tinham dimensão de como essa nova circunstância os afetaria. Hoje, nove meses depois, percebe-se que o conjunto de adaptações apresentadas como necessárias não encontra a mesma viabilidade na vida de todos/as os/as integrantes das comunidades universitárias, fazendo com que as suas possibilidades de sobrevivência sejam diariamente testadas, agravando uma sensação de insegurança que pode interferir diretamente nas condições de desenvolvimento das atividades institucionais, sejam elas remotas ou presenciais – quando estas forem possíveis.

Em um cenário revolucionário, onde as Instituições de Ensino Superior vêm testemunhando a transformação do seu antigo perfil de estudantes oriundos/as de grupos privilegiados, pela ampliação do acesso a grupos historicamente privados dessa inserção, a crise provocada pela pandemia pode ser responsável pela reprodução da lógica excludente que vem sendo combatida nos últimos anos, pois vislumbra-se o risco de aumento da evasão escolar e de lacunas na aprendizagem, principalmente dos grupos mais vulneráveis – mulheres, pretos/as, pardos/as e indígenas, para quem a participação na dinâmica universitária constituída em função do contexto pandêmico esbarra em inúmeras dificuldades.

Essas ameaças produzem uma série de novas demandas e exigem que as Instituições de Ensino Superior reforcem o compromisso com as políticas de inclusão e de permanência que, devido à consolidação do uso das tecnologias de informação e comunicação para a continuidade de suas atividades, neste momento se traduz, também, em inclusão digital. Além disso, coloca-se a necessidade de implementação de práticas didático-pedagógicas e avaliativas nas atividades de ensino, bem como de revisão dos modelos teórico-metodológicos, éticos e de ação/intervenção em suas atividades de pesquisa e extensão, a partir dos condicionantes produzidos pelo cenário de pandemia. Por fim, destaca-se a importância das redes de apoio e assistência aos grupos sociais mais vulneráveis de suas comunidades, reafirmando o compromisso com o combate às desigualdades construídas historicamente, por meio do apoio não apenas material, técnico e capacitacional, mas também socioemocional, com vistas a garantir a permanência institucional de cada um desses indivíduos.

Neste momento de inúmeras dificuldades a cooperação intercomunitária reforça o próprio sentido de comunidade e aponta para a minimização dos danos produzidos pelas adversidades impostas pelo atual cenário. A sensibilidade para essas questões, juntamente com a construção e viabilização de políticas de inclusão e permanência étnico/raciais e de gênero, pode representar peças-chave para subsidiar o desenvolvimento de políticas de acolhimento às comunidades, conferindo condições de fortalecimento das instituições em um momento de crise, no qual o envolvimento das pessoas revela-se fundamental para a minimização de impactos prejudiciais em diferentes ordens e graus de complexidade.

Notas

¹ Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Página_principal. (Acessado em 17 de novembro de 2020).

² De acordo com o Monitor de Secas, coordenado pela Agência Nacional de Águas e pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, a região Nordeste possui, em média, 70% de área impactada pela seca. Essa abrangência oscila entre os meses de chuva e os meses mais quentes. Fonte: <http://monitordesecas.ana.gov.br/> (Acessado em 22/09/2020).

³ No mês de junho de 2020 a região Nordeste liderou os números de mortes diárias causadas pela COVID-19 no Brasil, como noticiado pelo Consórcio de Veículos de Imprensa, a partir dos dados disponibilizados pelas secretarias estaduais de saúde. Fonte: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/28/casos-mortes-COVID-19-brasil-ministerio-da-saude-consorcio-28-de-junho.htm> (Acessado em 21/09/2020).

⁴ Fonte: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/area-de-imprensa/12015-COVID-19-fundaj-analisa-economia-do-Nordeste> (Acessado em 17/06/2020).

⁵ O Auxílio Emergencial é um benefício instituído no Brasil pela Lei nº 13.982/2020, que prevê o repasse mensal de R\$ 600 ou R\$ 1.200 - para mulheres chefes de família, a trabalhadores/as informais e de baixa renda, microempreendedores/as e contribuintes individuais do Instituto Nacional de Seguro Social, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia da COVID-19. Com previsão inicial de três meses, até o momento houve prorrogação de mais duas parcelas de R\$ 600,00 ou R\$ 1.200,00, e de mais três parcelas no valor de R\$ 300,00 ou R\$ 600,00, tendo vigência até dezembro de 2020. Fonte: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/Paginas/default2.aspx> (Acessado em 21/09/2020).

⁶ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda do Governo Federal, sob condicionalidades, que unificou e ampliou vários programas de renda existentes anteriormente. Foi instituído pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003 e convertida em Lei Federal nº 10.836/2004. Fonte: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx> (Acessado em 21/09/2020).

⁷ Fonte: <https://fdr.com.br/2020/06/04/bolsa-familia-moradores-do-Norte-e-Nordeste-sao-mais-afetados-na-pandemia> (Acessado em 15/06/2020).

⁸ A Lei nº 12.711/2012, política pública de ação afirmativa para o ensino superior, garante a reserva de 50% das vagas nas IFES aos alunos/as oriundos/as integralmente do ensino médio público, negros (pretos ou pardos) e indígenas.

⁹ O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), implantando em 1998, é hoje o maior exame vestibular do país, proporcionando o ingresso de estudantes ao ensino superior. O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é o sistema do Ministério da Educação por meio do qual as Instituições de Ensino Superior públicas oferecem vagas aos participantes do ENEM.

¹⁰ Segundo o informativo do IBGE “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, divulgado em 2019, os/as pretos/as e pardos/as trabalham, estudam e recebem menos que os/as brancos/as. Os dados mostram que os/as brancos/as estão entre os 70% mais ricos da população, enquanto 75% da população mais pobre é formada por pretos/as e pardos/as, que são a maioria entre os desocupados e subutilizados. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=sobre> (Acessado em 27/09/2020).

¹¹ De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, divulgada em 2019, no Brasil as mulheres ganham cerca de 20,5% menos que os homens e ocupam apenas 43,8% dos postos de trabalho, enquanto 56,2% desses postos são ocupados por homens. Fonte: IBGE | Censo 2021 | Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens (Acessado em 29/11/2020)

¹² Fonte: <https://diariodoNordeste.verdesmares.com.br/negocios/perda-total-ou-em-parte-da-renda-mensal-ja-atingiu-40-dos-brasileiros-1.2242943> (Acessado em 17/06/2020).

¹³ Fonte: <https://COVID19.ibge.gov.br/PNAD-COVID/> (Acessado em 27/09/2020).

¹⁴ Segundo Biroli (2015), embora o cuidado seja uma habilidade fundamental humana, existem orientações morais tradicionais que condicionam homens e mulheres a reproduzirem posturas distintas. Assim, o cuidado é culturalmente incorporado por um modelo de opressão sexista pautado na divisão sexual do trabalho, que delega a função do cuidado com o outro apenas às mulheres.

Referências

- ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior. (2019). *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES* – 2018. Brasília.
- BRASIL. (2020). Ministério da Educação. Portaria Nº 544, de 16 de junho de 2020. Diário Oficial da União, 17 de junho de 2020. Edição 114, Seção 1, p.62.
- BIROLI, F. (2015). Responsabilidades, cuidados e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 18, 81-117. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151804>
- CASTELLS, MANUEL. (1999). *A sociedade em rede: A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. 1. 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra.
- FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. (2020). *Interiorização do COVID-19 e as redes de atendimento em saúde*. Nota Técnica 04 de maio de 2020. https://bigdata-COVID19.icict.fiocruz.br/nota_tecnica_4_v2.pdf
- FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. (2020). *Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19: Recomendações Gerais*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. Rio de Janeiro: IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101734.pdf>
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Leitos de UTIs, Respiradores, Médicos e Enfermeiros*. Rio de Janeiro: IBGE. <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/COVID/saude/>
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Estimativas da população*. Rio de Janeiro: IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101747.pdf>

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *PNAD COVID-19*. Rio de Janeiro: IBGE. PNAD COVID19 | IBGE
- KOURY, M. G. P. (2009). *Emoções, sociedade e cultura: a categoria de análise emoções como objeto da sociologia*. Curitiba: CRV. <https://doi.org/10.24824/978856248005.8>
- KOURY, M. G. P. (2010). Pertencimento, medos corriqueiros e redes de solidariedade. *Sociologias*, 25(12), 286-311. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000300011>
- MUNIZ, J. O. (2012). Preto no branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. *Dados*, 55(1), 251-282. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000100007>
- OLIVEIRA, R. D. G., Cunha, A. P. D., Gadelha, A. G. D. S., Carpio, C. G. e Corrêa, R. M. (2020). Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(9). e00150120. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00150120>
- ORNELL, F., Schuch, J.B., Sordi, A.O. e Kessler, F.H.P. (2020). “Pandemic fear” and COVID-19: mental health burden and strategies. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 42(3), 232-235. <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2020-0008>
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL (2020). Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus. 06 de abril de 2020. <https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>
- SANTOS, B. de S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina.
- SOUZA, P. H. G. F de. (2018). Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. São Paulo: Hucitec.
- ZIZEK, S. (2020). Um golpe como o de “Kill Bill” no capitalismo. In: Harvey, D., Zizek, S., Baidou, A., Davis, M., Bihr, A. e Zibechi, R. *Coronavirus e a luta de classes* (43-47). Terra Sem Amos: Brasil.